

O Dicionario De La Real Academia Española e o Dicionario De Uso Del Español: duas ferramentas lexicográficas que se complementam

Carolina Fernandes Alves (UFRGS)

RESUMO: No âmbito da lexicografia hispânica, o *Diccionario de la Real Academia Española* (DRAE, 2001) e o *Diccionario de Uso del Español* (DUE, 2001) são duas obras lexicográficas que todo estudioso do espanhol deve conhecer e saber empregar. Objetivo deste trabalho é expor e avaliar esses dois textos dicionarísticos, salientando alguns pontos em que um é complemento do outro. Para isso, empregaremos princípios metalexicográficos tais como definição macroestrutural, disposição lematizada e definição de um programa constante de informações. Nossos primeiros resultados demonstram que ambos os dicionários se complementam, já que o DRAE orienta sobre a pertinência de muitas unidades léxicas e o DUE fornece subsídios a respeito de suas combinações.

Palavras-chave: Lexicografia; língua espanhola; usuário.

RESUMEN: En el ámbito de la lexicografía hispánica, el *Diccionario de la Real Academia Española* (DRAE, 2001) y el *Diccionario de Uso del Español* (DUE, 2001) son dos obras lexicográficas que todo estudioso debe conocer y saber utilizar. El objetivo de este trabajo es exponer y evaluar estos dos textos dicionarísticos, enfatizando algunos puntos en los cuales uno completa el otro. Para eso, utilizaremos principios metalexicográficos como la definición macroestructural, la disposición lematizada y la definición de un programa constante de informaciones. Nuestros primeros resultados demuestran que los dos diccionarios son complementarios, ya que el DRAE orienta sobre la pertinencia de muchas unidades léxicas y el DUE fornece subsidios respecto sus combinaciones.

Palabras-clave: Lexicografía; lengua española; usuario.

Introdução

Desde o medievo têm-se notícias sobre lexicografia. Contudo, as obras produzidas possuíam um caráter primordialmente prático de descrição das línguas. A Real Academia Española foi a primeira instituição a empregar alguma explicação teórica para esse descritivismo. Tornando-se gradativamente tradição em lexicografia, a Real Academia Española adquiriu o status de entidade responsável pelo cuidado da unidade linguística do espanhol através da sua normatização. Dessa forma, hoje desfruta de ampla legitimação por parte da comunidade de língua espanhola, sendo uma referência unânime para a elaboração de obras nesse idioma. O mesmo não acontece no Brasil, país em que a

existência da Academia Brasileira de Letras pouco interfere nas obras realizadas sobre a língua portuguesa e pouco é respeitada por parte da comunidade brasileira.

O *Diccionario de la Real Academia Española* (DRAE, 2001) e o *Diccionario de Uso del Español* (DUE, 2001), de María Moliner, são as duas maiores obras lexicográficas da história da língua espanhola contemporânea e também as que serviram e ainda servem de referência às demais produções de dicionários monolíngues de espanhol. Tendo em vista esse fato, o objetivo do presente trabalho é expor e avaliar esses dois textos dicionarísticos salientando alguns pontos em que um é complemento do outro, já que possuem certas diferenças quanto ao tratamento de algumas características da língua espanhola.

Existem poucos estudos sobre análise e comparação de dicionários de língua espanhola. Entretanto, Alvar Esquerra (1992), Lope Blanch (2001), Seco (2003) e Zanatta; Bugueño (2007) são textos de grande esclarecimento e orientação para o que aqui propomos.

O caráter normativo da RAE

Oficialmente, o espanhol é uma língua falada em 22 países, somando por volta de 390 milhões de falantes. Sendo assim, não é difícil prever que entre a comunidade hispânica há uma grande variação linguística.

De acordo com Seco (2003), uma das críticas feitas à RAE diz respeito ao seu prescritivismo linguístico como uma forma de menosprezo e desrespeito à diversidade dentro da língua espanhola. Na verdade, a RAE alcançou essa posição ao longo do tempo e, ao contrário do que muitos podem pensar, a normatividade acadêmica não é arbitrária. A Real Academia Española, apesar de ser a responsável por fixar a norma da língua, conta com a colaboração das outras 21 academias para estabelecer a norma do espanhol.

O propósito da prescrição é utilizar a norma como um código comum entre os falantes como forma de garantir a unidade da língua e assim permitir que os indivíduos se reconheçam como membros da mesma comunidade linguística. O critério para tal propósito é definir a norma como o uso institucionalizado entre a maioria dos falantes cultos das vinte e duas comunidades de fala hispânica. Isso significa então, que a norma da língua espanhola não é ditada conforme interesses de um grupo, ou somente de um país (Espanha), mas é sim um consenso perante a diversidade existente.

Apesar da história da Academia, a palavra “norma” segue com o estigma de preconceituosa e privilegiadora de uma parcela da comunidade falante de espanhol. Vale lembrar então, que, segundo Lope Blanch (2001, p.2), “a norma linguística culta é a que rege a vida das línguas de cultura”. A maioria das pessoas, quando necessita, adapta sua fala como forma de enquadramento social e demonstração de domínio do que lhes parece ser a forma correta de usar a língua.

A norma, além de tudo, varia com o transcorrer do tempo, buscando adaptar-se à mutabilidade da língua. O fato de que a RAE demore em reconhecer os novos usos, essa também uma crítica frequente à sua metodologia, não significa resistência, mas respeito à função que lhe foi atribuída pela comunidade hispânica, demonstrando cautela na normatização do novo, incorporando-o ao DRAE quando de fato se institucionalizou na língua e não se trata de mais uma entre tantas formações esporádicas que já foram registradas.

A *Ortografía de la Lengua Española* (1999), obra elaborada pela RAE em conjunto com as demais Academias, elenca as normas para a orientação dos falantes quanto ao uso ortográfico, outro exemplo da normatividade praticada pela Real Academia Española. O DRAE (2001) reflete esses princípios normativos através da lematização das formas de acordo com a doutrina proposta pela *Ortografía* (1999), fato que contribui para a sua condição de ferramenta normatizadora do espanhol.

O DPD e o CREA: as ferramentas de suporte do DRAE

Toda obra lexicográfica se propõe a cumprir certas tarefas. Por isso, para a elaboração de um dicionário, o lexicógrafo deve levar em consideração variáveis como o perfil do usuário, a densidade macroestrutural, o sistema de informações, entre outras.

O DRAE (2001) se propôs, desde sempre, e assim funciona até os dias de hoje, como uma espécie de arquivo da língua espanhola em que são registradas as palavras reconhecidas como pertencentes à norma linguística hispânica. A função do Dicionário da RAE, já mencionada anteriormente, implica que, além das palavras utilizadas atualmente no espanhol, sejam registradas (lematizadas) palavras e definições pouco ou nada usuais no estado atual desta língua.

O conservadorismo e a cautela acadêmicos contribuem para o lento processo de incorporação e atualização de novos usos do espanhol ao Dicionário. Sendo assim, o

usuário deve compreender que o DRAE (2001) tem como propósito o registro da norma ideal¹ da língua espanhola e que, para a obtenção da norma real², isto é, o que hoje realmente usam os falantes, tem, à sua disposição, o *Corpus de Referencia del Español Actual* (CREA) e o *Diccionario Panhispánico de Dudas* (DPD, 2005), ferramentas auxiliares disponibilizadas pelo sítio da Academia e, no caso desse último, há também a versão impressa.

A elaboração do DPD (2005) é uma tentativa da RAE de amenizar a impressão de desconsideração às novas palavras utilizadas no espanhol atual. É uma forma de demonstrar que reconhece a necessidade de atualização da língua. Quando a palavra “nova” é incorporada ao DRAE, representa o seu reconhecimento ou registro como pertencente à norma culta hispânica. No DPD (2005) são lematizadas, entre outras, palavras tais como *abstract*, *aymara*, *cyber-* e *motocross*, marcadas de forma a orientar o consulente quanto a seus usos, uma vez que ainda não estão no DRAE.

Em relação aos estrangeirismos, O DPD (2005) ora aceita uma contribuição estrangeira, como no caso de *apartheid*, ora recomenda a sua substituição por uma palavra vernácula, como, por exemplo, *enlace* ao invés de *link*. Além disso, orienta também a respeito das regências, das significações lícitas ou ilícitas e sobre a sintaxe do espanhol.

No âmbito das regências citamos como exemplo *referirse*, verbo para o qual o DRAE (2001) registra nove acepções, mas, no entanto, é no DPD (2005) que encontramos as informações de uso da regência de acordo com a significação que *referirse* adquire (‘narrar’ ou ‘mencionar’):

referir(se). 1. Verbo irregular: se conjuga como *sentir* (→ [APÉNDICE 1, n.º 53](#)).

2. Cuando significa ‘narrar’, se construye con complemento directo: «*De golpe me refirió su historia*» (Mujica Escarabajo [Arg. 1982]). Es incorrecto anteponer *de* a dicho complemento (→ [DEQUEÍSMO, 1b](#)): [Ⓢ] *Refirió DE que había estado allí*; debe decirse *Refirió que había estado allí*.

3. Cuando significa ‘mencionar o aludir a alguien o algo’, es intransitivo pronominal y se construye siempre con un complemento introducido por *a*: «*Cuando la volví a ver nunca se refirió A aquella noche y yo tampoco lo mencioné siquiera*» (Shand Sastre [Arg. 1982]).

DPD (2005)

¹ O uso da língua mediante algumas regras.

² O uso da língua que fazem os falantes em dado momento.

A respeito das significações lícitas e ilícitas, na norma real do espanhol empregam-se sinonimicamente os adjetivos *asequible* e *accesible*, mas, na norma ideal, possuem usos distintos, conforme registrado pelo DPD (2005):

asequible. 1. Adjetivo que significa ‘que se puede conseguir o adquirir’: «*El objetivo de este nuevo centro de Cáritas [...] es ofrecer a los ancianos un alojamiento asequible A su economía*» (*Vanguardia* [Esp.] 27.3.94); referido a precio, ‘moderado’: «*Una amplia gama de tarjetas, con precios asequibles PARA cualquier bolsillo*» (*Bustos Multimedia* [Esp. 1996]); ‘que se puede derrotar’: «*Jugará la primera eliminatoria ante el Vevey suizo, un rival asequible*» (*País* [Esp.] 1.10.86); y ‘comprensible o fácil de entender’: «*Ni siquiera las otras ramas de las humanidades [...] han podido preservar esa visión integradora y un discurso asequible AL profano*» (*VLlosa Verdad* [Perú 2002]). Como se ve en los ejemplos, puede llevar un complemento con *a* o *para*. Conviene evitar su empleo con el sentido de ‘que permite un fácil acceso o entrada’ o, referido a persona, ‘afable o de buen trato’, sentidos que corresponden al adjetivo *accesible* (→ [accesible](#)): ☒ «*Madrid es fácilmente asequible por autopistas*» (*Rojo Hotel* [Bol. 1988]); ☒ «*Presenta al curandero como un ser asequible, comprensivo*» (*NCastilla* [Esp.] 15.6.02).

DPD (2005)

Em relação às observações sobre sintaxe, a consulta do verbete *hablar* no DPD (2005) orienta o usuário sobre os usos dos complementos de acordo com a transitividade desse verbo e esclarece também o seu uso como verbo transitivo na linguagem coloquial:

hablar. Cuando significa ‘comunicarse con alguien por medio de palabras’, es intransitivo y se construye con un complemento con *de*, *sobre* o *acerca de* que expresa el tema del que se habla, mientras que la persona a quien se habla se expresa mediante un complemento indirecto: «*Camargo LE hablaba DE la situación política*» (*Martínez Vuelo* [Arg. 2002]); o un complemento preposicional precedido de *con*: «*Aproveché para hablar CON él anoche SOBRE la posibilidad de que te instalaras en casa*» (*Serrano Corazón* [Chile 2001]). No obstante, en la lengua coloquial no es infrecuente su uso como transitivo cuando el tema del que se habla se expresa mediante un pronombre: «*No quiero hablar de eso ahora [...]. Luego cuando venga mi marido LO habla con él*» (*Gamboa Páginas* [Col. 1998]). Debe evitarse el uso transitivo de *hablar* como sinónimo de *decir*: ☒ «*Habla que están unidos y que los periodistas se inventan sus discusiones internas*» (*Tribuna* [Hond.] 17.4.97); debió decirse *Dice que están unidos...*

DPD (2005)

Embora o DPD (2005) lematize as palavras que ainda não foram incorporadas ao DRAE, conforme podemos verificar nos exemplos acima, ele mantém o caráter normativo da Real Academia Espanhola ao esclarecer a respeito de seu uso correto em relação à norma ideal do espanhol. O que o diferencia do próprio DRAE (2001) é que reconhece, por assim dizer, que outros usos destas unidades léxicas estão sendo produzidos pela norma real da língua.

Em alguns casos o DRAE (2001) requer o auxílio do CREA. Como dissemos anteriormente, o *Diccionario De La Real Academia* unicamente nos informa que legitimou uma palavra como “pertencente” à língua espanhola. No entanto, não é possível estabelecer a partir das informações presentes no Dicionário se ela é realmente empregada na norma real. Assim, por exemplo, o DRAE (2001) lematiza *urubú* e *chácara*. A consulta ao CREA, contudo, revela que não há documentações sobre o uso real dessas palavras no espanhol atual.

Alguns aspectos da complementaridade entre DRAE e DUE

Até agora salientamos o perfil do DRAE (2001) em conjunto com as ferramentas que lhe dão suporte e que o complementam. Porém, se o objetivo do usuário é conhecer como se comportam sintagmaticamente as palavras da língua espanhola, encontrará no DUE (2001) a ferramenta complementar ao DRAE (2001) indicada para isso.

Para exemplificar o caráter complementar entre o DRAE (2001) e o DUE (2001), entre registro e a sintaxe das palavras, citamos o verbete *dar*, verbo cujo comportamento é diferente em português e espanhol no que diz respeito à transitividade verbal. Ao consultar o DRAE (2001), o usuário encontrará o registro de muitas acepções para o verbo mencionado, mas poucas pistas sobre como se deve utilizá-lo no que diz respeito ao cálculo dos complementos verbais.

É pertinente salientar que em língua espanhola não temos nenhum dicionário que cumpra de forma plena a função de elucidar claramente as questões de transitividade verbal. María Moliner apresenta uma marcação que permite a identificação dos objetos diretos do verbo *dar*, mas não marca os objetos indiretos que muitas vezes podem acompanhá-lo. Assim, o usuário deve depreender os dativos dos exemplos elencados. No entanto, o DUE (2001) é a ferramenta que melhor aborda a questão da transitividade verbal, permitindo ao consulente uma maior compreensão do comportamento desse verbo em comparação com o DRAE (2001) e com outros dicionários de espanhol.

dar (del lat. «dare») **1** tr. Hacer alguien voluntariamente que una `cosa que tiene pase a ser tenida por otro. ⊙Poner alguien una `cosa que tiene, en las manos de otro: ‘Le daremos las maletas al mozo’. ⊙Coger `algo y ponerlo en las manos de otro: ‘Dame ese libro que está ahí’. ⊙tr. e intr. También, con las cartas de la \*baraja: ‘Te toca dar a ti. Me has dado el 7 de bastos’. ⊙(«a») tr. Conquistar `algo para un soberano o señor: ‘Le dio a Valencia’. ⊙Poner un `producto del propio pensamiento a disposición de otro para que le sirva o lo utilice: ‘Dar alguien la solución [un consejo, una idea, el tema para una conferencia]’. Ô Facilitar, proporcionar, suministrar. ⊙prnl. Dedicar

alguien su actividad, afecto, inteligencia, etc., a alguien: ‘Se da a los amigos. Se da toda a sus hijos’. Ô *Consagrarse. ☉ («a») Entregarse a un *vicio o a una actividad absorbente: ‘Se dio a la bebida. Se ha dado a la lectura de novelas policíacas’.

DUE (2001)

Conclusões

Visto que os usuários de dicionários de língua espanhola ainda não têm à sua disposição uma obra que os auxilie plenamente quanto aos princípios de funcionamento desse idioma, acreditamos que eles devem, necessariamente, trabalhar com o DRAE (2001) e o DUE (2001) em conjunto.

Além disso, é urgente que os lexicógrafos busquem soluções para a elaboração de dicionários que ofereçam o suporte necessário para os seus consulentes no que concerne tanto aos aspectos da dicotomia norma ideal – norma real, quanto aos que se referem à sintaxe da língua espanhola.

Referências Bibliográficas

ALVAR ESQUERRA, M. Español: lexicografía. In: HOLTUS, G.; METZELTIN, M.; SCHMIDT, Ch. (Hrsgn.). **Lexikon der romanistischen Linguistik** v. 6/2. Tübingen: Max Niemeyer (p. 636-651), 1992.

LOPE BLANCH, J.M. La norma lingüística hispánica. In: Congreso de Valladolid, 2001, Valladolid. Disponível em <http://congresosdelalengua.es/valladolid/ponencias/unidad_diversidad_del_espanol/1_la_norma_hispanica/lope_j.htm>. Acesso em: jun.2009.

MOLINER, M. **Diccionario de Uso del Español**. Madrid: editorial Gredos, 2001.

RAE. **Real Academia Española**. Disponível em: <<http://rae.es/rae.html>>. Acesso em: jun.2009.

_____. **Diccionario de la Real Academia Española**. Madrid: Espasa-calpe, 2001.

_____. **Diccionario Panhispánico de Dudas**. Madrid: santillana, 2005.

_____. **Ortografía de la lengua española**. Madrid: Espasa-calpe, 2003.

SECO, M. El léxico hispanoamericano en los diccionarios de la Academia Española. In: SECO, M. **Estudios de lexicografía española**. Madrid: Editorial Gredos, 2003. p. 362-374.

_____. María Moliner: una obra, no un nombre. In: SECO, M. **Estudios de lexicografía española**. Madrid: Editorial Gredos, 2003. p.390- 394.

_____. La segunda edición del diccionario de uso del español. In: SECO, M. **Estudios de lexicografía española**. Madrid: Editorial Gredos, 2003. p. 395- 398.

ZANATTA, F.; BUGUEÑO MIRANDA, F.V. A polissemia do termo "uso": análise de dicionários de uso do português e do espanhol. **Revista de Letras**, Curitiba, v. 9, p. 1-29,

2007. Disponível em <<http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/suma9.htm>>. Acesso em: jun. 2009.

Carolina Fernandes Alves é graduanda em dupla licenciatura em Letras (português e espanhol) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é bolsista BIC - FAPERGS e atua no Instituto de Letras da UFRGS integrando o projeto “Bases teórico-metodológicas para um dicionário monolíngue de espanhol como L2 para estudantes brasileiros”, coordenado pelo Prof. Dr. Félix Bugueño (carolespanhol@gmail.com).